

Cidade, vulnerabilidade e território

Maura Pardini Bicudo Vêras*

Resumo

O artigo procura analisar os processos presentes na urbanização capitalista no mundo contemporâneo, evidenciando novos e velhos temas como a globalização, deslocamentos populacionais, conectividade, coexistindo com a desigualdade socioespacial, segregação e exclusão no acesso ao ambiente construído, precariedade e pobreza. Ao revelar que cartografias sociais acabam por coincidir com mapas da vulnerabilidade ambiental, delinea-se breve quadro sugestivo de diretrizes de sustentabilidade para as cidades.

Palavras-chave: cidade; vulnerabilidade; território.

Abstract

The article attempts to analyze processes that are present in capitalist urbanization in contemporary world setting in evidence new and old themes such as globalization, population movements and connectivity coexisting with socio-spatial inequality, segregation and exclusion in access to the built environment, precariousness and poverty. By revealing that social cartographies come to coincide with maps of environmental vulnerability, the article outlines some brief suggestive guidelines of sustainability for cities.

Keywords: sustainability; city; vulnerability; territory.

Professora Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: mmveras@pucsp.br

Apresentação

É inegável a expansão urbana em toda a Terra. As mais variadas fontes estatísticas vêm corroborando tal movimento: enquanto cerca de 30% da população mundial habitava cidades na metade do século XX, calcula-se que hoje essa proporção já ultrapassa 50%, mais de 3,3 bilhões de pessoas e, para 2030, são estimados quase 70% de moradores urbanos no mundo. No Brasil, são cerca de 80% de sua população morando em cidades (IBGE, 2000).

É também evidente que a urbanização que se efetiva em todo o planeta tem provocado inúmeras reflexões, acrescentando-se aos fatos históricos a atual crise dos paradigmas científicos, momento de perplexidades, de construção e (des)construção de pontos de vista antes consolidados. O momento exige atitudes epistemológicas cautelosas mas abrangentes e adequadas no trato de questões complexas.

A Sociologia clássica, assim considerada no seu nascedouro em meados do século XIX, refletia sobre as cidades como fruto da implantação da sociedade burguesa e do capitalismo industrial, como cenários de miséria, da população egressa do campo sem moradia, aglomerada, massa de desempregados, “famélicos”, a “turba”, simbolizando o que deveria ser controlado, domado (abordagem feita pelo pensamento conservador) ou, em termos marxistas, classes trabalhadoras que se adequavam ao modo de produção de mercadorias e que acionariam as engrenagens produtivas para as finalidades da acumulação e também seriam as que fariam a sua superação revolucionária (Marx, Engels, Bonald, Maistre, Durkheim, apud Zeitlin, 1973).

Apesar de encarnarem o ideal da modernidade e constituírem-se sempre em um campo de tensões, durante largos anos do século XX, os cenários urbanos sempre foram vistos como de caos, de congestionamentos, de aglomeração e competição, da luta pelo espaço construído em torno das melhores localizações, de cidades divididas, fraturadas entre os privilegiados do mercado e os “excluídos”, com zonas de pobreza e riqueza, segregação, ambientes catastróficos e poluídos, suscitando diferentes formas de intervenção, a depender das concepções teórico-políticas adotadas (pela Escola de Chicago - Burgess, Park, Wirth, do ponto de vista marxista - Castells, Lojkine, Lipietz, apud Vêras, 2000).

Ao terminar o século XX, desde os anos 90, entretanto, novas concepções passaram a encarar as cidades como ambientes cálidos e capazes de superar os frios mecanismos do mercado, propiciando o contato com novas e potenciais ideias transformadoras, inovadoras (Borja e Castells, 1990). Esse olhar revalorizava a vida nas cidades, seu potencial político e renovador, não mais como o inferno caótico e propunha certa intervenção no cenário mundial de competitividade econômica, como foi o caso do planejamento estratégico (Borja, 1994).

Evidentemente, “o ar da cidade liberta os homens” (frase que se aplicava na comparação com a “prisão” da servidão do campo feudal) e atualmente também permite o anonimato protetor aos habitantes da grande urbe, mas por outro lado, quase lhes retira a possibilidade de viver em segurança na sua comunidade, a proximidade com a natureza, seu sentimento de pertinência, seu direito ao território, à terra de seus ancestrais (Bauman, 2003; Santos, 1998; Sennett, 2002, entre outros).

O presente artigo revela um olhar sociológico sobre as cidades contemporâneas, buscando enfrentar questões essenciais no debate desses dez anos do século XXI, e que são recorrentes, contudo, nos estudos sobre a sociedade capitalista, pois são novos e velhos problemas: desigualdades socioespaciais no acesso ao ambiente construído, degradação ambiental, políticas públicas ineficazes, exclusão e miséria, vulnerabilidade (Harvey, 2006).

Na avaliação, portanto, da questão urbana, é preciso considerar que se trata da cidade capitalista no atual período monopolista, da chamada acumulação flexível, da reestruturação produtiva, da globalização financeira, da metropolização crescente, dos fluxos planetários de capital, de um lado, e, de outro, de deslocamentos populacionais dos subalternos pelo mundo todo, do fechamento das fronteiras, do avanço tecnológico e informacional, do Estado mínimo na proposta neoliberal, da existência de segmentos da população afastados do mundo econômico mundializado, “excluídos”, de formas de segregação, de pobreza, em incontáveis e diversas manifestações.

Este é o desafio que nos aguarda, o de entender a urbanização no mundo do capitalismo globalizado de hoje, com seus processos excludentes e as consequentes questões da vulnerabilidade social e territorial.

Cidades e globalização

A cidade capitalista é moldada pelo interesse do capital, utilizando o solo urbano como o empresário empregou a máquina, a serviço da acumulação. Disposto de seu salário para sobreviver, a classe trabalhadora deve disputar, com outras funções, os espaços da cidade para moradia, para circulação, educação, saúde, lazer, transporte. A propriedade privada da terra pesa no custo da habitação, os meios de consumo coletivo (infraestrutura urbana – água, esgoto, energia elétrica – o transporte coletivo, os equipamentos sociais e culturais) são pagos individualmente. O ambiente construído assim, produzido por muitos coletivamente, é apropriado privadamente, com custos que cada um deve pagar com sua respectiva capacidade aquisitiva. Resulta disso uma cidade dividida pelos estratos sociais, encarados como faixas de demanda do mercado e é evidente que, sem políticas públicas que lutem pela igualdade do direito à cidade, se o Estado favorecer as condições para o capital, o acesso ao ambiente construído será desigual, resultando *zonas para altas rendas*, sobrando aos *mais pobres as moradias degradadas, a periferia desequipada*, as favelas, os cortiços, os loteamentos irregulares, que pressupõem diferentes estratégias de sobrevivência. Há bairros/dormitórios, obrigando o diário deslocamento pendular casa/trabalho, rotina exaustiva em direção à oferta de empregos (Kowarick, 1982), enquanto aqueles de altas e médias rendas acabam por se auto-segregar em condomínios fechados, *enclaves fortificados* com segurança privada e muros (Caldeira, 2002). A marca dessa cidade é, assim, a separação do que se convencionou chamar de “*cidade legal*”, a que obedece às exigências da lei no uso e acesso aos benefícios urbanos, e “*cidade real*”, que existe ao arrepio das posturas legais, na precariedade.

Cada vez mais os problemas de segurança, violência, congestionamentos de trânsito surgem em nossas cidades. Sendo a *cidade da mercadoria*, pois ela mesma constitui-se uma mercadoria. Nossas cidades são cada vez mais voltadas à circulação de mercadorias (entre elas a força de trabalho): assim, o privilégio ao transporte, ao *automóvel* (individual), ao ônibus (solução rodoviária de massa), à velocidade, aos viadutos, elevados, aos semáforos rápidos em detrimento de pedestres, de boas calçadas, de praças e jardins. Nossas cidades são *viadutópolis*. Não

são cidades voltadas à fruição, à memória, e sim à velocidade, a lugares de contingência.

A configuração socioespacial característica da economia fordista foi a *metrópole*, aglomeração que podemos situar historicamente em São Paulo desde a expansão cafeeira, mais intensa a partir dos anos 1930, como reflexo territorial do capitalismo dependente, da desigualdade do trabalho. Nela se concentravam a força de trabalho, empregada e excedente, o capital produtivo e os serviços, funções de governo e outras. O mercado interno era sua vocação. A partir dos anos 80, contudo, as cidades passam a ser também atores políticos, com papel estratégico na competitividade internacional, nos tempos da globalização financeira e cultural (Santos, 2002; Sassen, 1991). Muito já se escreveu sobre a globalização, sobre a planetarização das empresas que dispõem agora de tecnologias de informação para as funções de controle e direção, reestruturando a produção por diversas partes do mundo. Empresas são, assim, cada vez mais transnacionalizadas, e o mundo todo entra na disputa pela hegemonia de suas moedas, assiste-se à reunião de conglomerados, organismos internacionais (BID, PNUD) reconhecem o papel estratégico das cidades, tanto do ponto de vista financeiro, como fiscal e produtivo.

A avaliação desse processo sofre a tensão entre otimismo e pessimismo. Os otimistas veem agora como possível uma reforma urbana redistributiva; os pessimistas enxergam a internacionalização como um plano estratégico liberal competitivo. De qualquer maneira, a globalização alterou substantivamente a vida nas cidades, especialmente aquelas que sofrem o impacto da presença das firmas multinacionais, sedes de bancos e do capital financeiro, moldam seus centros de convenção e hotelaria para absorverem demandas internacionais, voltam-se aos 25% dos fluxos econômicos importantes no mundo, são as *idades globais*.

Os especialistas advertem de que não se deve rotular e criar tipos ideais sobre o que se convencionou chamar de cidades mundiais (exemplos históricos são as do Primeiro Mundo, como Londres, Paris, Tóquio, Nova Iorque) pois não se devem ignorar as coordenadas nacionais e locais, o tipo de industrialização, se é cidade de serviços ou não, etc. Nesse sentido, São Paulo, por exemplo, é considerada cidade mundial de país em desenvolvimento (Friedman) e só pode ser entendida em seu papel nacional, regional, metropolitano e local, além do internacional (Véras, 1997).

No conceito típico de cidade global contam alguns atributos competitivos (Levy, 1995):

- Recursos humanos qualificados (não apenas elite);
- Mecanismos de inserção no mercado global, com sistema de comunicação;
- Serviços básicos de infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica e telecomunicações);
- Organização institucional com regras claras e sistema público idôneo (sem arbitrariedade e corrupção);
- Capacidade política administrativa de diferentes setores e atores, melhora da qualidade ambiental, distribuição de renda, crescimento econômicos;
- Infraestruturadecomunicação(portos,aeroportos,telecomunicação, feiras, exposições, hotéis, centros de convenção);
- Terciário de excelência: centros de investigação, ambiente tecnológico e recursos humanos qualificados;
- Qualidade de vida: boa oferta cultural, bom ambiente urbano, vida “nas ruas”, espaços públicos;
- Boa imagem e prestígio internacional (imagem simbólica).

Parece, portanto, que para buscar ser competitiva no mundo internacionalizado, as cidades deveriam proporcionar-se o desenvolvimento social como atributo fundamental. Também seria desejável a justiça no uso da cidade, mas as forças do uso predatório do espaço urbano na busca do lucro têm prevalecido (Fix, 2007).

Entretanto, outros atributos são endereçados a este tipo de cidade, como a polarização social, (desaparecimento ou diminuição dos estratos médios e aumento dos segmentos nas pontas, em forma estrutural de ampulheta), ou *dualização*. Este tópico é questionado por muitos, como Preteceille, que afirma ter cada cidade as marcas específicas de sua história e características socioeconômicas (ilustra com os casos de Nova Iorque e Londres, mais voltadas ao setor financeiro, mais serviços, enquanto Paris ainda conta com a presença de indústria e, sobretudo, a quaternária). Outra das características é a elitização, e ainda, a perda do poder local. Dizem também, enfraquecimento do Estado nacional (Preteceille, 1999).

O direito à cidade, às raízes e ao território são quase sempre direitos relegados, subordinados ao uso predatório do ambiente construído pelos agentes do urbano: capital e suas frações, Estado, restando à classe

trabalhadora mover-se pelas determinações desse mercado. Nesse cenário, joga papel primordial a associação entre parcelas do capital imobiliário e do financeiro, moldando as cidades para a competitividade internacional. Progressivamente, as cidades são conformadas como espaços de fluxos, de circulação de mercadorias, de pessoas, numa vasta rede de itinerários, pontos de partida e de chegada, sem oportunidade de fruição ou pausas para a reflexão.

O mundo todo conhece processos de expulsão de camponeses, povos da floresta, interioranos, proletários rurais rumo às cidades, no Brasil intensificados desde os anos 1940 a 1970, com maciças levadas de migrantes que se abrigaram na região Sudeste, em especial em São Paulo, compondo vastas periferias e reocupando porções mais centrais degradadas. O espetáculo da desigualdade continua, pois sua existência constitui-se da heterogênea distribuição de espaços e pessoas (Sennett, 1997). As cidades atuais ilustram, por assim dizer, um conjunto de homens e mulheres, estrangeiros (nascidos fora e dentro de seus países, e neste caso assim considerados pelo *establishment*), desempregados, “inempregáveis”, homossexuais, indígenas, refugiados, moradores da precariedade (favelados, encortiçados e das periferias) afrodescendentes, imigrantes, nômades, *homeless*, “outros” em situação de fronteira (política e social), territorialidades cambiantes. Tal quadro pode ser visto pelas estatísticas, mesmo as oficiais, pelas cartografias socioeconômicas, pela bibliografia especializada, mas também pelos testemunhos da arte-literatura, teatro, filmografia e pelas lentes e olhar – da fotografia, compondo uma epistemologia do sensível (Véras, 1999; Salgado, 2000).

Intensos fluxos migratórios têm alimentado essa urbanização: são de diversas origens e fogem de circunstâncias igualmente diferentes, sempre verbalizadas pelos migrantes como a “busca por melhorar de vida”. Esta frase esconde dramas e trajetórias pessoais das mais variadas modalidades, cores e condições, tendo como pano de fundo dificuldades econômicas, luta pela terra, por moradia, emprego, segurança, liberdade, educação, saúde, cidadania, enfim (Bourdieu, 1998). Somam-se a esse quadro deslocamentos explicitamente involuntários de refugiados, perseguidos e obrigados a deixar suas pátrias por conflitos armados, violência política, étnica, ausência de lei e mesmo desastres naturais.

Especialistas citam as dificuldades de estatísticas mas Guterres (2010) aponta estimativas de que Cabul, capital do Afeganistão, cresceu

sete vezes por causa de refugiados vindos do Irã e Paquistão, além dos expulsos pela violência em áreas rurais do próprio país. Configura-se, assim, um grande e mundial processo de deslocamentos de pessoas, geralmente subalternas e encontrando dificuldades nas fronteiras, enquanto o fluxo de capitais se torna cada vez mais veloz e facilitado pelas telecomunicações, mostrando a dupla face da globalização, a dos vencedores e a dos vencidos.

As fronteiras são assim, espaços de confronto e de esperança: “A fronteira é (...) um cenário de intolerância, ambição e morte. É também, lugar de elaboração de uma residual esperança, atravessada pelo milenarismo da espera do advento do tempo novo, de redenção, justiça, alegria e fartura” (Martins, 2009, p. 10).

Esses movimentos populacionais são visíveis por todo o planeta. Abrangem os famosos dramas da travessia de fronteira do México com os Estados Unidos, mas extrapolam regiões da América Latina e da África, atingem o Velho Mundo e a Ásia. Fotos magistrais de Salgado (2000) registraram esses fluxos pelo mundo.

Os Estados Unidos ergueram cercas metálicas ao longo de trechos urbanos de suas divisas com o México. Em Tijuana, até há pouco tempo o principal ponto de entrada no país americano para os imigrantes ilegais, dois migrantes foram fotografados espiando pelos vãos da cerca metálica, em 1997, contemplando esperançosos o que se lhes afigurava como melhores condições de vida. Dificultada pela cerca e pela presença da polícia de *fronteira* americana, essa visão se representava também como um portal da improvável felicidade, a do risco iminente, levando muitas vezes à ótica do “tudo ou nada”. Encontrar um buraco na cerca metálica não é o mais difícil, diz-nos a mesma fonte: “arriscado mesmo é entrar no campo dos detectores eletrônicos que alertam os agentes da patrulha da fronteira” (Salgado, 2000, p. 3, foto 28).

Favelas compõem o quadro da desigualdade nas cidades, com seus habitantes procedentes de massas desterritorializadas e de trabalhadores pauperizados (Véras e Taschner, 1990). Em 1998, Salgado fotografou migrantes seguindo para a capital do Equador, Quito, região de Chamborazo. Em Guayaquil, a favelização prossegue acelerada e cerca de um milhão de moradores se deslocam para Nova Iorque, cento e cinquenta mil para a Espanha, entre muitos outros fluxos notáveis (Salgado, 2000, fotos 276/277).

Na cidade de São Paulo, em 1973, a população favelada representava cerca de 1,0% dos habitantes da cidade (PMSP, 1973). Em 2000, o Censo Demográfico (IBGE) apontava que essa proporção chegou a 20,0%, indicando que essa pobreza aumenta a taxas superiores que a da população em geral. Esse fato pode indicar sub-estimativas, sendo o número ainda mais expressivo, sabendo-se que os critérios de mensuração da população favelada são diferentes entre si, os da municipalidade de São Paulo e os do IBGE, pois este conceitua a favela como aglomerado de mais de 50 domicílios, e grande parte das favelas paulistanas apresenta o porte de menos de 50 domicílios, proliferando estes núcleos em pequenas áreas.

Em 1994, outro exemplo desses fluxos planetários: ruandeses rumam para um campo de refugiados na região de Ngara, território tanzaniano (Salgado, 2000, foto 17).

Com a queda de Saigon, em 1975, cerca de 200 mil pessoas vão a Hong Kong buscando asilo temporário na expectativa de receberem futuros abrigos de outros países. Os Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha e Austrália acolheram parcelas desses *boat people* e alguns deles concordaram em voltar ao Vietnã. Mas, a partir de 1988, novas ondas de refugiados se sucediam mensalmente, sendo considerados clandestinos a partir de lei aprovada que propiciou triagem para identificar refugiados autênticos. A grande maioria seguia para campos de concentração de onde seriam repatriados para o Vietnã. Muitos continuaram nos centros de detenção, quase 23 mil deles, em Hong Kong (Salgado, 2000, fotos 64/65).

Tal é também a dramática situação do cotidiano do campo de refugiados em Atrrosh, Curdistão iraquiano, com cerca de 12 mil pessoas originadas da Turquia, acreditando que iriam partir para o Iraque em 1997 (Salgado, 2000, fotos 110/115).

A *pobreza nas cidades* é evidente e é enfocada de diferentes maneiras. Conceitualmente, deve-se distinguir a desigualdade (configuração de classes em sua transparência das determinações da produção como as de renda e emprego, cujo grande intelectual foi Marx ao denunciar a contradição entre burgueses e proletários) e o termo exclusão que se refere à esfera sociocultural, simbólica, moral. São excluídos os atores sociais que se encontram fora dos padrões de referência, da homogeneidade convencional. São identificados por sua “diferença” e o intelectual por excelência dessas condições seria Foucault. Nesse sentido, para o

primeiro caso seriam necessárias políticas universalistas para eliminar e/ou diminuir as desigualdades, procurando a igualdade. No caso da exclusão, políticas focadas como a discriminação positiva, por exemplo, seriam necessárias para incluir, para respeitar a diferença (Santos, 1995).

Para Martins, a discussão teórica adequada seria empregar os termos de “inclusão perversa” e não propriamente exclusão.

Uma fenomenologia de nossas cidades, contudo, mostra processos de desigualdade e de exclusão de muitos segmentos do chamado mercado formal do acesso ao ambiente construído, relegando às *áreas de risco, social e ambiental* como morros e encostas, zonas sujeitas a desmoronamentos, alagamentos, desastres naturais e violência e insegurança, como no caso dos “sem teto”. Salgado fotografou jovens e crianças moradoras de rua em São Paulo apresentando drogadição (Salgado, 2000, foto 327).

Vulnerabilidade social e ambiental

A noção de vulnerabilidade tem sido utilizada frequentemente, não apenas nos meios acadêmicos como para entidades governamentais e organismos internacionais (Nações Unidas, Banco Mundial, BIRD e outros), como termo mais adequado que o de pobreza por estar este mais preso à mensuração de renda monetária ou em medidas fixas (linha de pobreza ou miséria). Conceitualmente, associa-se a vulnerabilidade à presença de três componentes: exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldades de adaptação diante da materialidade do risco (Moser, 1998). A noção de vulnerabilidade social, assim, passa a considerar a insegurança, a exposição a riscos provocados por crises econômicas, à instabilidade das condições de vida dos grupos mais pobres, incluindo as estratégias das próprias famílias, sua disponibilidade de recursos para enfrentar suas questões (Kaztman et al., 1999). Incluem-se, também, nessa clarificação do termo, as noções empregadas pela Geografia, de impacto dos desastres naturais e avaliação de risco, enfocando como vulneráveis aqueles residentes em determinados locais, expostos a riscos ambientais, em especial no que tange às enchentes, recursos hídricos, acesso a saneamento e assim por diante.

Os grupos populacionais muito pobres e com alta privação são considerados em vulnerabilidade social e, pelas coordenadas de ocupação da cidade supra citadas, acabam por localizar-se em áreas de risco ou

degradação ambiental, como encostas de rios, baixa cobertura de esgotos e demais serviços urbanos, zonas sujeitas a alagamentos, alta declividade, desmoronamentos ou, ainda, em proximidade de vias expressas, lixões, poluição. Essas ditas coordenadas acabam por fazer coincidir a cartografia social à ambiental, embora com grande heterogeneidade das condições sócio-econômicas dos moradores. (Alves, 2006; Torres, 2000; Cem-Cebrap, 2004). Essa constatação é vital para a elaboração de políticas públicas que pretendam eliminar ou diminuir problemas especialmente na área de habitação e saneamento.

Análises elaboradas com a finalidade de observar a cartografia socio-ambiental da região metropolitana de São Paulo (Alves, 2006) mostram que as áreas com alta vulnerabilidade ambiental “(...) apresentam condições socioeconômicas significativamente piores, além de maior concentração de crianças e jovens, do que aquelas com menor grau de vulnerabilidade ambiental, o que revela a existência de áreas críticas, onde ocorre forte concentração de problemas e riscos sociais e ambientais” (Alves, 2006, p. 44). Tais *áreas críticas* se referem a situações de extrema pauperização e péssimas condições sociais, com exposição cumulativa a diversos tipos de risco. Segundo dados estatísticos (PNAD-IBGE) em 1998 havia cerca de 1,7 milhão de pessoas (10% da população da RMSP) com renda inferior a dois salários mínimos e que não conseguiam sequer residir nas moradias das regiões periféricas ou mesmo em favelas consolidadas. Submetem-se, portanto, a ocuparem precários interstícios urbanos como áreas de risco ambiental com sofríveis indicadores sanitários e de segurança, configurando uma periferia da periferia ou *hiperperiferia* (Torres e Marques, 2001). Além do risco sazonal de enchentes, há o contato permanente com a água contaminada e exposição a vetores de doenças de veiculação hídrica.

Há, por conseguinte, uma tendência de os grupos de baixa renda residirem ou em áreas públicas (geralmente invadidas) ou em áreas com desvalorização imobiliária no mercado de terras pouco propícias à ocupação devido às possibilidades de risco, à falta de infraestrutura urbana e que, via de regra, constituem-se também as únicas acessíveis a essa população mais pobre. No que se refere às favelas, sabe-se que se localizam nessas regiões periféricas, em fundos de vale, beiras de córregos, sem esgotamento sanitário, contaminando lençóis freáticos e mananciais, além de exporem esses moradores a doenças diversas, sem esquecer das zoonoses.

Após metodologia cuidadosa, Alves elaborou um *mapa da vulnerabilidade social e ambiental* para a região metropolitana de São Paulo, superpondo ambas cartografias e classificando os setores censitários de maior pobreza com aqueles de maior risco ambiental, para identificar as áreas críticas, como alvos prioritários das políticas públicas sociais e ambientais. Os indicadores sociais incluíam anos de escolaridade, renda, acesso a serviços urbanos como coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto, população de crianças e de idosos. Em síntese, encontrou mais de três milhões de pessoas no município de São Paulo (29% da população da cidade) vivendo em áreas de alta vulnerabilidade social, e elas estão nas regiões da extrema periferia de São Paulo. Superpondo estas áreas ao risco ambiental, obteve que os setores censitários com alta vulnerabilidade ambiental (ausência de esgoto, proximidade a cursos d'água, alta declividade, etc.) são ocupados pelos que apresentam as piores condições socioeconômicas e ainda agravadas pela grande presença de crianças e jovens. Ocorre, também, que muitas dessas áreas são de proteção ambiental (Código Florestal, Proteção aos mananciais) e invadidas, geralmente, por favelas, pois 70% das áreas de alto risco ambiental são ocupadas por favelas (Alves, 2006; Torres e Marques, 2001; Taschner, 2000).

Dessa forma, a *cumulatividade de riscos, problemas sociais e ambientais* representam os maiores desafios às políticas públicas, que ainda são, na maioria das vezes, setoriais e compartimentadas no que tange à habitação, saneamento, além dos setores sociais propriamente ditos como educação, saúde, cultura e lazer. Somente uma abordagem multidisciplinar e multiprogramática poderá dar conta das graves questões urbanas aqui expostas.

Cidades sustentáveis

Muitos urbanistas têm-se dedicado a planejar o desenvolvimento das cidades tendo em vista torná-las sustentáveis, ou seja, com crescimento ordenado, minimizando riscos ambientais, econômicos, sociais, resgatando a qualidade de vida e melhorando o relacionamento entre o homem e a cidade.

Sem pretender aqui explorar essa vasta tarefa, elencamos sucintamente nove pontos que podem alavancar um outro tipo de vida urbana (Bittencourt, 2010):

- *prioridade aos pedestres*. Estimular a locomoção a pé como experiência sensorial atraente, reduzindo o uso do automóvel, da poluição, evitando sedentarismo e isolamento dos habitantes. Há necessidade de valorizar a rua, os espaços públicos, oferecendo calçadas amplas e dotadas de mobiliário urbano confortável, arborização e segurança iluminação adequada, sinalização e total acessibilidade. Cidade para a fruição;

- *uso misto e complementaridade de funções*. Eliminar os usos exclusivos que obrigam aos deslocamentos e congestionamentos. Cada área teria seus usos mistos, variedade de funções como moradia, comércio, escritórios, lazer e educação, complementares no lugar, tornando-o vivo e interessante;

- *diversidade de moradores*. Promover o convívio de diferentes estratos e classes sociais, idades, culturas e raças. Sem a segregação de usos e de habitantes, haverá troca e intercâmbio de ideias, ampliando as alternativas de relacionamento, viabilizando várias potencialidades trazidas pela diversidade cultural e de interesses, com maior qualidade social;

- *senso de comunidade*. Elevar o sentimento de pertinência ao lugar, ao território, espaço identitário, reconhecimento do lugar dentro da cidade, elevando a segurança e bem-estar de seus moradores;

- *densidade equilibrada*. Muito importante para a preservação ambiental, o cuidado com a densidade e a concentração de pessoas, propõe-se como densidade ideal estar entre 400 a 800 habitantes por hectare (10mil m²). Essa postura levaria a melhor desempenho energético, redução da emissão de gases nocivos, otimização do transporte público, das redes de água, energia elétrica e telefonia. Menor utilização dos terrenos para construção e conseqüente maior presença de áreas naturais, com vegetação e jardins;

- *sustentabilidade e alta performance do ambiente construído*. Esse urbanismo sustentável prevê que as edificações utilizem materiais e técnicas com redução do impacto ambiental, consumo de energia e geração de gases de efeito estufa. As construções deverão ter alta qualidade interna, compatíveis a usos diversos, com estímulo à iluminação e ventilação naturais, aquecimento solar, água de chuva, respeito à paisagem natural,”

às águas superficiais e subterrâneas e à vida silvestre” (Bittencourt, 2010);

- *espaços públicos atraentes e seguros*. Para garantir a vitalidade e atratividade dos espaços públicos, é necessário que os moradores se sintam seguros. São desejáveis nesse ambiente, as praças, cafés, lojas, parques, restaurantes, calçadas amplas e arborizadas, jardins. Com segurança as pessoas são atraídas para a vida nas ruas, espaços de convivência e não apenas circulação e velocidade;

- *harmonia entre natureza e amenidades urbanas*. Edificações devem estar dispostas de modo a buscar a melhor orientação solar e dos ventos, luz natural, ar fresco e limpo a circular entre prédios convenientemente situados entre ruas, parques, jardins e praças;

- *ruas arborizadas a proporcionar sombra e contemplação*. A proximidade com a vida silvestre é desejável para estimular a melhoria da qualidade de vida urbana, atrair a biodiversidade e evitar ilhas de calor;

- *conectividade e integração regional*. A cidade precisa de conectividade, ou seja, estar integrada, articulada entre suas partes, seus bairros terem vias de ligação, teias de rodovias que viabilizem múltiplas alternativas de ir e vir, preferentemente com a utilização de transporte coletivo integrando a região metropolitana, e estimulando o uso de bicicletas em locais adequados, faixas específicas. A cidade se torna um conjunto de múltiplos centros, que se complementam com diversas vocações.

Essas formas de tornar as cidades mais humanas, sustentáveis, justas, necessitariam superar as tendências presentes no momento atual do capitalismo tecnológico e globalizado de moldarem os espaços urbanos para a acumulação. Para essa transformação está sendo esperada atuação efetiva de vários segmentos, das classes trabalhadoras, e, sem dúvida, dos movimentos sociais, de setores progressistas do Estado, se a gestão for comprometida com a qualidade de vida da maioria da população. Transformação essa tão ampla, pois transformar a cidade é transformar a sociedade, que extrapola a consciência profissional das várias categorias envolvidas como as dos arquitetos, sociólogos, economistas, geógrafos, psicólogos sociais, urbanistas, enfim. Contudo, sem esse começo, nada será conseguido. É um bom o primeiro passo de longa caminhada, como alguém já disse um dia.

Referências bibliográficas

- ALVES, H. P. da F. (2006). Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 23, n. 1, jan-jun.
- BAUMAN, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (2007). *Vida líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BITTENCOURT, D. (2010). Urbanismo sustentável. *Arquitetura e EcoDesign*. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org.br>. Acesso em: 8/10/2010.
- BORJA, J. (1994). “La ciudad mundial”. In: MEYER, R. e GROSTEIN, M. D. (coords.). *Memória do Encontro Centro XXI*. São Paulo, Associação Viva o Centro.
- BORJA, J. et al. (1990). *Las grandes ciudades en la década de los noventa*. Madri, Editorial Sistema.
- BOURDIEU, P. (2003). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- CALDEIRA, T. P. R. (2000). *Cidades dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34/Edusp.
- CASTELLS, M. e BORJA, J. (1996). As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 45, pp. 152-166.
- CASTELLS, M. e MOLLENKOFF, P. (1991). *Dual city*. Nova York, The Russel Foundation.
- CEM-CEBRAP/SAS-PMSP. (2004). *Mapa da Vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo*, São Paulo, Sesc-SP.
- DAVIS, M. (2006). *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo.
- FIX, M. (2007). *São Paulo, cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo, Boitempo.
- GUTERRES, A. (2010). Deslocamentos urbanos: um fenômeno global. *Folha de S. Paulo*, tendências debates, 21 de março.
- HARVEY, D. (2006). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Anablumme.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). *Censo demográfico de 2000*.
- KAZTMAN, R.; BECCARIA, L; FILGUEIRA, .F.; GOLBERT, L. e KESSLER. G. (1999). *Vulnerabilidad, activos y exclusión social em Argentina y Uruguay*. Santiago do Chile, OIT.

- KOWARICK, L. (1980). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____ (2009). *Viver em Risco*. São Paulo, Ed. 34.
- LEVY, E. (1995). *Descentralização, democracia e eficiência na gestão da cidade mundial*. São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo, FGV.
- MARTINS, J. S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Paulinas.
- _____ (2009). *Fronteira, a degradação do “outro” nos confins do humano*. São Paulo, Contexto.
- MOSER, C. (1998). The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*. Nova York, v. 26, n.1.
- PRETECEILLE, E. e RIBEIRO, L. C. de Q. (1999). Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *EURE*. v. XXV, n. 76 [citado 2010-10-23], pp. 79-102.
- SALGADO, S. (2000). *Êxodos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTOS, B. S. (1995). A construção multicultural da igualdade e da diferença. VII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. Rio de Janeiro, Conferência Magistral, IFCS/UFRJ.
- _____ (2005). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo, Cortez.
- SANTOS, M. (1998). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel.
- SAO PAULO, CIDADE (1973). Censo de Favelas no Município de São Paulo. *SEBES-HABI*. Boletim n. 1.
- SASSEN, S. (1991). *The global city*. Nova York/London/Tokio/Princeton, Princeton University Press.
- SENNETT, R. (1997). *Carne e pedra*. Rio de Janeiro, Record.
- _____ (2002). A nova sociedade urbana. *Le Monde Diplomatique*.
- TASCHNER, S. P. (2000). “Degradação ambiental em favelas de São Paulo. In: TORRES, H e COSTA, H. (orgs). *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo, Senac.
- TORRES, H. e MARQUES, E. (2001). Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4.
- TORRES, H; MARQUES, E.; FERREIRA, M. e BITAR, S. (2003). Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo/EA-USP, v. 17, n. 47.

VERAS, M. P. B. (1997). Novos olhares sobre São Paulo, notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial. *Revista Margem*, n. 6.

_____ (ed.) (1999). *Por uma Sociologia da Exclusão Social, o debate com Serge Paugam*. São Paulo, EDUC.

_____ (1999). “Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global”. In: SOUZA, M. A. A. de et al. (org.). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo, Cedesp, pp.197-217.

_____ (2000). *Trocando olhares, uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo, Educ/Nobel.

_____ (org.) (2004). *Hexapolis, desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas*. São Paulo, Educ.

_____ (2006). “Urban society: inequality and exclusion. Problematizing the brazilian cities”. In: ENLIL, Z. e VAGGIONE, P. (ed.). *Cities between integration and disintegration*. Istambul, Isocarp–International Society of City and Regional Planners, 42. Congress.

VÉRAS, M. P. B e TASCHNER, S. P. (1990). Evolução e mudanças nas favelas paulistanas. *Revista Espaço e Debates*. São Paulo, n. 31.

ZEITLIN, I. (1973). *Ideologia y teoria sociológica*. Buenos Aires, Amorrortu.